

A cultura política brasileira contemporânea e suas raízes no período colonial

Cristina Fioreze*

Resumo

Em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Júnior desenvolve uma análise do passado colonial brasileiro, tendo como pano de fundo o sentido comercial que, desde o início, foi dado ao desenvolvimento do país. O autor evidencia, na sua análise, que esse caráter comercial ficou gravado na vida política e econômica do Brasil contemporâneo, delineando estruturas sociais e estabelecendo modos de vida. Assim, à luz da análise sobre o período colonial brasileiro desenvolvida por Caio Prado Júnior, o presente texto busca compreender as raízes da cultura política que até os dias de hoje predomina na sociedade brasileira. Para tanto, parte-se de uma problematização acerca dessa cultura e, em seguida, são sintetizados os aspectos principais da obra em questão para, finalmente, ser apresentada uma análise acerca da cultura política atual e de suas raízes no período colonial.

Palavras-chave: cultura política, período colonial, raízes.

* Assistente social e aluna do mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo.

Introdução

Caio Prado Júnior, intelectual e militante político brasileiro, viveu entre 1907 e 1990. Seu nome está relacionado a relevantes obras na área da história, as quais exerceram, e ainda exercem, grande influência entre aqueles que se dedicam ao estudo da formação do Brasil. Pode-se dizer que Caio Prado foi, no país, um dos primeiros pensadores a desenvolver, com coerência, análises a partir da aplicação da perspectiva marxista. Aliás, essa filiação ao marxismo é traço marcante que perpassa todas as suas obras. É importante destacar ainda que, a partir do estudo das obras de Caio Prado Júnior, pode-se identificar a atualidade de seu pensamento, o que possibilita sua utilização como fonte para o desenvolvimento de novos estudos.

Entre as obras de Caio Prado, encontra-se *Formação do Brasil contemporâneo*, escrita em 1942 e que, segundo alguns estudiosos, é considerada a mais relevante de sua bibliografia uma vez que, mesmo passados sessenta anos, ainda contém o que há de mais importante sobre o período colonial brasileiro. Na obra, o autor faz um recorte no tempo para caracterizar o período colonial, situando sua análise entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, período em que se identifica o declínio da etapa colonial e, ao mesmo tempo, o início de uma nova fase.

O empenho em caracterizar o período colonial brasileiro justifica-se porque, segundo Caio Prado, o “organismo social completo e distinto” construído na colonização passa a se transformar a partir da nova fase que se inicia com o declínio da etapa colonial, resultando no Brasil contemporâ-

neo. Porém, vê-se ainda se arrastar a construção de um novo processo histórico, construção essa que não chegou ao fim, identificando-se ainda forte presença do passado colonial na vida brasileira. “É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade” (1983, p. 10).

Assim, nessa obra de 1942, cuja atualidade salta aos olhos, o autor defende que o Brasil ainda não completou sua evolução de colônia para nação. Isso pode ser observado na análise de diversos elementos da vida brasileira contemporânea, tais como a economia, a estrutura social e a política. É por isso que Caio Prado desenvolve, em *Formação do Brasil contemporâneo*, “uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial” (1983, p. 13). Essa perspectiva vem respaldar a compreensão de que a cultura política que nos dias de hoje predomina no Brasil carrega consigo fortes traços do período colonial, ou seja, em alguns aspectos, evoluiu e modernizou-se; já, em outros, continua a reproduzir as relações de poder erigidas na fase do Brasil-Colônia.

Então, tendo em vista compreender a cultura política que, contemporaneamente, predomina no país, faz-se necessário voltar os olhos para o período colonial, o qual “ainda nos cerca de todos os lados” (Prado Júnior, 1983, p. 13). Dessa forma, poderão ser buscados dados indispensáveis para a compreensão do Brasil de hoje e, especificamente, de sua cultura política.

Assim, o presente texto propõe-se a buscar, a partir da análise da obra *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, na qual o autor resgata o passado colonial brasileiro, referenciais que possam explicar a cultura política que hoje predomina no país.

Para tanto, o texto percorre o seguinte plano: inicialmente, situa-se brevemente a cultura política brasileira, começando pelo conceito de “cultura política” e partindo para as características da cultura política que, contemporaneamente, predomina no país. A seguir, faz-se uma síntese dos aspectos da obra *Formação do Brasil contemporâneo* mais relevantes para a compreensão da cultura política constituída no período colonial. Com base nisso, identificam-se, finalmente, alguns dos elementos presentes no período colonial brasileiro que podem ser observados na cultura política hoje predominante. Esta última parte contará também com alguns apontamentos para o fechamento do texto.

A cultura política brasileira

Falar em cultura política exige, antes de qualquer coisa, conceituar a expressão. Na tentativa de defini-la, Gohn traz que “a cultura política não é concebida de forma restrita, delimitando-se apenas no universo dos comportamentos dos indivíduos face à política nacional, aos políticos e às instituições políticas. Trabalhamos com uma concepção de (e da) política, com ‘P’ maiúsculo, que não se restringe à política partidária” (1999, p. 21).

Partindo da noção de cultura, Gohn resgata pontos relevantes da construção desse conceito para, assim, chegar propriamente

mente à noção de cultura política. Para a autora, a cultura política é processo político e cultural que representa as normas e atitudes partilhadas por determinado grupo; não é algo linear e homogêneo, mas, sim, permeado por diferentes tendências.

Falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, os símbolos e a linguagem utilizados, bem como as principais correntes de pensamento existentes. Mas é muito complicado falarmos em cultura política de forma isolada do contexto histórico e de outros conceitos de apoio. Isto porque cada época histórica engendra determinada cultura política, segundo os valores e crenças que são resgatados e construídos, num universo dos temas e problemas com os quais homens e mulheres defrontam-se naquele momento histórico. Os conceitos de apoio são o de cidadania, direitos humanos, identidade cultural, participação sociopolítica etc. (Gohn, 1999, p. 60).

Assim, pode-se dizer que a cultura política está relacionada com os valores e noções partilhados de maneira consciente e, principalmente, de maneira inconsciente, por uma coletividade. Diz respeito, então, às formas como se estabelecem as relações de poder, inclusive as relações entre as distintas camadas sociais existentes em dada sociedade. Refere-se, ainda, às formas como se desenvolvem as relações entre sociedade e Estado, bem como ao nível de organização e protagonismo da sociedade civil diante das questões de ordem coletiva.

Partindo desse entendimento, podem-se definir os traços predominantes da cultura política brasileira. Porém, deve-se sempre considerar que, de acordo com a definição feita anteriormente, não há uma única cultura política na sociedade; há, na verdade, correntes e tendências que coexistem e disputam uma posição hegemônica. Com base nessa perspectiva, o que se enfoca neste texto é a cultura política pre-

dominante no Brasil, ou seja, aquela que há séculos vem se mantendo e que está mais arraigada e naturalizada no modo de vida do brasileiro. Assim, não se ignora a existência de outras culturas políticas que, na contracorrente, desenvolvem-se e ganham força, inclusive substituindo, embora lentamente e num movimento de avanços e recuos, práticas tradicionalmente difundidas.

A cultura política tradicionalmente hegemônica no Brasil é uma construção histórica, alicerçada no modo de vida do brasileiro desde o período colonial; ela pode ser identificada por fortes traços de autoritarismo, marcada por relações clientelistas e paternalistas, em que a “ideologia do favor”¹ dá o tom. Essa cultura é, ainda, caracterizada por um Estado patrimonialista, onde as classes dominantes apropriam-se desse espaço de forma privada. Segundo Chaui,

o Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinação entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate das classes dominantes às idéias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe, a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez (pois as categorias sociológicas, válidas para a descrição das sociedades européias e norteamericana, não parecem alcançar a realidade social brasileira), estrutura-se de modo fortemente hierárquico e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes) (1994, p. 47-48).

A sociedade brasileira é, então, uma sociedade autoritária, marcada pela tute-

la e pela dependência, pelo clientelismo e pelo paternalismo, onde, segundo Chaui (1994), a representação política inexistente e a esfera pública² nunca chegou realmente a se constituir. Nessa mesma direção, discutindo sobre a inexistência de uma esfera pública, Raichelis afirma: “Na tentativa de captar as peculiaridades do Estado no Brasil, observamos que sua privatização não é fenômeno recente, mas é intrínseca ao desenvolvimento capitalista da formação social brasileira. A ausência da dimensão pública nas ações do Estado, nos seus diferentes níveis e esferas, tem marcado o exercício de sua intervenção na vida social” (1998, p. 65).

Isso significa dizer que, no Brasil, o Estado sempre respondeu aos interesses das classes dominantes, e, portanto, o regime democrático nunca foi realmente implementado. De acordo com Raichelis (1998), diferentemente do que fizeram os países centrais ao adotar o modelo de Estado de bem-estar social, o Estado brasileiro nunca implantou um conjunto organizado de políticas sociais voltadas para a reprodução da força de trabalho, o que contribui para o reforço das ações de cunho paternalista e clientelista.

Logo, observa-se que a construção da cidadania é algo estranho às classes subalternas³ brasileiras. Aqui, os direitos sociais são oferecidos como benesse e favor, o que, sob a aparência da inclusão, na realidade, reforça a exclusão, uma vez que esse acesso aos direitos ocorre de forma subalternizada. Acerca da falta de uma cultura de cidadania no país, Raichelis afirma: “Na particularidade da formação social brasileira, os setores dominados jamais tiveram força de veto sobre as decisões do poder

estatal. São praticamente inexistentes os momentos em que seria possível afirmar que as massas populares, ou algum dos seus setores, tenham conseguido participar do processo político com efetiva autonomia” (1998, 69).

O Estado brasileiro, que em tese deveria ser responsável pelo financiamento de políticas sociais voltadas para a minimização da desigualdade social, é, de fato, subordinado aos interesses econômicos das classes dominantes. As políticas sociais, nesse contexto, também passam a ser marcadas pela referida subordinação. Como bem sustenta Yazbek, “a matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira” (1999, p. 40-41).

Assim, observa-se que; no Brasil, tradicionalmente se construiu uma cultura política em que o “público” é apropriado de forma “privada” pelas classes dominantes. Portanto, não há espaço legítimo na cena pública no qual os interesses das classes subalternas possam ser negociados. Praticamente isentas de qualquer noção de cidadania, essas classes reproduzem as relações paternalistas e clientelistas, visto que, de maneira individualizada, recebem seus direitos sociais travestidos em forma de favor. O resultado é a criação de laços de dependência dos grupos desfavorecidos para com as elites, reforçando as relações hierarquizadas, marcadas pelo mando-obediência, perpetuando, assim, a extrema desigualdade social existente no país. Conforme Chaui (1994), esses traços da cultura política brasileira foram naturalizados e representam

outro aspecto relevante, que é a “violência simbólica”: “Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do ‘caráter nacional’” (1994, p. 54).

Todo esse cenário resulta ainda noutro elemento relevante da vida política do país: uma tendência de não-participação da sociedade civil no que diz respeito às questões de ordem pública. Na realidade, espaços reais de participação popular são ainda bastante focalizados, apesar da institucionalização, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, de mecanismos de controle social que contam com a participação da sociedade civil. Acontece que, pela inexistência de uma cultura de participação democrática, a participação nesses novos espaços institucionalizados deixa muito a desejar, uma vez que, predominantemente, reitera a lógica do clientelismo e personalismo.

Isso posto, coloca-se para reflexão a questão de como foi construída, historicamente, essa cultura política que predomina no país. A busca desse entendimento remete à compreensão dos processos de formação da sociedade brasileira; remete, então, à colonização do país, momento no qual se constituiu sua estrutura política e social. Assim, no sentido de identificar as bases sobre as quais se ergueu essa cultura política, será utilizada a contribuição de Caio Prado Júnior, na obra *Formação do Brasil contemporâneo*.

A obra de Caio Prado Júnior

Na obra *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Júnior inicia com uma discussão sobre o “sentido da colonização”,

quando elenca os argumentos essenciais para a compreensão do período colonial e da formação da sociedade brasileira.

Em seguida, tendo como ponto de partida o já abordado sentido da colonização brasileira, parte para a análise do período que compreende o final do século XIII e início do século XIX, que é, segundo Caio Prado, o período que sintetiza os três séculos de evolução colonial. Para tanto, divide a obra em três partes: “Povoamento”, “Vida material” e “Vida social”.

Ao discorrer sobre o sentido da colonização, Caio Prado (1983, p. 19) assenta sua reflexão no princípio de que a evolução de todos os povos possui certo sentido, o qual é identificado no conjunto de acontecimentos essenciais de sua história em um largo espaço de tempo. Ele é como uma linha que segue determinada direção. Para compreender, efetivamente, um povo ou uma nação, deve-se, primeiramente, buscar identificar essa linha mestra.

Diante disso, o autor defende que é essa busca do sentido que deve ser feita com relação ao Brasil. Para tanto, os antecedentes da colonização precisam ser considerados, uma vez que são responsáveis pela formação do sentido do país, ou seja, para compreender o sentido do Brasil é necessário, antes de mais nada, compreender o caráter que Portugal imprimiu na sua obra colonizadora. Com esse propósito, o autor afirma que, na realidade, a ocupação e o povoamento do Brasil fazem parte de um processo maior de conquista de novos continentes por parte dos países europeus, em busca de novas rotas comerciais. No Brasil interessou, portanto, o comércio, e não o povoamento. Este, aliás, só aconteceu em razão de que se tornou condição necessá-

ria para viabilizar o desenvolvimento comercial. Assim, o português veio como dirigente e grande produtor rural, apostando no comércio de escravos como forma de garantir a mão-de-obra para o trabalho. Com isso, Caio Prado conclui:

Nos trópicos surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. [...] no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (1983, p. 31).

Assim, situando o princípio essencial para o desenvolvimento de sua obra, Caio Prado defende que o caráter comercial da colonização manteve-se hegemônico durante os três séculos que antecederam o período que se propõe enfocar – final do século XIII e início do século XIX – e, mais do que isso, ficou gravado “nas feições e na vida do país” (p. 32).

Tendo como orientação o sentido que tomou a colonização brasileira, o autor parte para a análise do cenário em que se encontrava o país no período da decadência do regime colonial. Para tanto, inicia tratando do povoamento. Segundo ele, as correntes de povoamento, a distribuição populacional e a formação racial estão diretamente relacionadas com a necessida-

de de exploração do território em proveito do comércio europeu.

Nesse sentido, demonstra que a distribuição populacional no território é bastante irregular, havendo grande desequilíbrio populacional entre o litoral e o interior, com a maior parte da população situada na zona litorânea. A razão disso assenta-se no próprio caráter da colonização, ou seja, uma vez que se desenvolvia a produção agrícola, as terras litorâneas eram as preferidas devido a sua fertilidade. Além disso, ainda se deve considerar que a concentração no litoral proporcionava maior facilidade de escoamento da produção para a metrópole. A ida para o interior do país também teve razões comerciais, uma vez que está relacionada com a descoberta do ouro em regiões centrais.

Destacando o caráter puramente exploratório da colonização brasileira, o autor afirma: "A colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita" (p. 73).

A obra ainda aborda, nessa parte, a constituição racial do país, situando a existência de três raças que se cruzaram: a branca, majoritariamente de origem portuguesa; a negra, buscada na África e a indígena, que foi aqui encontrada.

O branco, no Brasil, teve para si postos administrativos. Situou-se como profissional liberal ou tornou-se proprietário e fazendeiro; via de regra, sempre buscou ocupações comerciais.

Quanto ao índio, tentou-se incorporá-lo na colonização do país. Nesse sentido, o que

aconteceu foi uma aculturação do nativo à medida que este foi se integrando na população em geral. No decorrer desse processo de incorporação, muitos grupos indígenas foram extintos devido à sua hostilidade; ao mesmo tempo, aldeias decaíram, tornando-se crescente a escassez de sua população. Além disso, sua escravidão passou a ser alternativa para a falta de mão-de-obra. Outros fatores também contribuíram para a eliminação do índio, como a miscigenação, as moléstias, os vícios (a aguardente era utilizada pelo colonizador como fonte de estímulo ao trabalho), os maus-tratos e a inserção em um regime de vida estranho ao seu.

A população negra mostrou ser mão-de-obra mais capaz do que a indígena e, além disso, o negro era fisicamente mais resistente do que o índio para as atividades que deveriam ser desempenhadas e no contexto onde deveria se inserir.

O cruzamento dessas três raças, tido como alternativa para a escassez populacional, foi bastante intenso, sendo hoje uma das características mais marcantes da sociedade brasileira. Todavia, apesar da grande miscigenação, a raça que sempre exerceu dominação sobre as demais foi a branca, cujos costumes e cultura foram impostos à colônia, o que custou a quase eliminação das culturas negra e indígena. Dessa forma, uma tentativa de branqueamento da população foi forte tendência, que, aliás, resiste até os dias de hoje. Destaca-se ainda que, nessa lógica da formação racial do Brasil, os negros e índios passaram a formar as camadas sociais inferiores e os brancos, por sua vez, as camadas mais elevadas. Observa-se que essa é, também, característica que perdura atualmente na constituição social brasileira.

No que se refere à análise da vida material, o autor entende a economia colonial como totalmente organizada a partir da finalidade de servir ao comércio europeu. Então, para fornecer os gêneros importantes para a metrópole, três atividades foram fundamentais: a agricultura, a mineração e a extração.

A produção agrícola assentou-se no tripé: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Aqui, cabia ao português dirigir a produção. A mineração, por sua vez, adotou a mesma organização produtiva da agricultura, efetivando-se, portanto, a partir de grandes unidades trabalhadas por escravos. Quanto ao setor extrativo, também de ampla relevância para a metrópole, organizou-se de maneira diversa, pois não tinha por base a propriedade territorial nem era atividade permanente. Esse setor organizava-se em “expedições”, em determinadas épocas do ano, para trabalhos específicos de coleta natural de frutos dos rios e da floresta, dissolvendo-se após os períodos apropriados em que acontecia. O extrativismo desenvolveu-se, predominantemente, no vale do Amazonas, sendo que a mão-de-obra indígena foi a mais adequada para o tipo de trabalho que se exigia.

As demais atividades, as quais não visavam ao comércio externo (como a pecuária, a agricultura de subsistência e as atividades industriais), foram subsidiárias voltadas para a realização daquelas principais.

O autor sintetiza as características fundamentais da economia colonial, as quais se mantiveram até o início do século XIX da seguinte forma: “De um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração de riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o

exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nestas bases se lançou a colonização brasileira, e nelas se conservará até o momento que ora nos interessa” (p. 125).

Ressalta que essa condição de ser produtor para a metrópole arraigou-se de tal forma na estrutura brasileira que se manteve mesmo após a independência do país. Nas palavras de Caio Prado:

O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeito, e em que o “sete-de-setembro” não tocou. [...] Chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto: máquina do trabalho apenas, e sem outro papel no sistema. Pela própria natureza de uma tal estrutura, não podíamos ser outra coisa mais que o que fomos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio (p. 127).

O grande resultado disso foi a forma que tomou a evolução econômica do país, ou seja, uma evolução cíclica no espaço e no tempo, com sucessivas fases de prosperidade e decadência. Esse processo continuou até depois da declaração da independência. O tipo de organização da produção no Brasil caracterizou-se pela exploração em larga escala e pelo trabalho escravo, o que foi responsável pelo tipo de estrutura social que se desenvolveu no país, ou seja, dessa organização derivou “a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial” (p. 143).

Finalmente, Caio Prado Júnior dedica a última parte da obra à vida social do Brasil-Colônia. Nesta parte, destaca a escravidão como característica marcante, a qual alcançou grandes proporções no país e atingiu os mais diversos setores da vida social, inclusive modelando a sociedade brasileira. A escravidão foi, então, o pilar básico na estruturação do país.

A escravidão adotada pelos colonizadores europeus foi isenta de qualquer elemento construtivo, buscando-se no escravo apenas a sua força física. Dessa forma, sua intervenção para a formação da sociedade brasileira foi bastante limitada, uma vez que imperou a passividade das culturas, tanto da negra como da indígena. Segundo o próprio autor, “o negro e o índio teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, e papel amplo e fecundo, se diverso tivesse sido o rumo dado à colonização; se se tivesse procurado neles, ou aceitado uma colaboração menos unilateral e mais larga que a do simples esforço físico” (p. 273).

A diferença de raça agravou uma discriminação social, pois a diferença social passou a ter a cor como marca. Houve, portanto, uma rotulação das pessoas de cor, acentuando a dominação de uma classe sobre a outra. “Negro” ou “preto” são na colônia, e sê-lo-ão ainda por muito tempo, termos pejorativos; empregam-se até como sinônimos de ‘escravo’. E o indivíduo daquela cor, mesmo quando não o é, trata-se como tal” (p. 274). Nessa sociedade, o trabalho cabe ao escravo, sendo significado como ocupação não digna. Então, ao homem livre, se não é proprietário ou senhor, sobram poucas ocupações consideradas dignas. Além disso, muitas dessas ocupações

são inacessíveis a grande parte da população livre destituída de recursos materiais, cuja existência passa a ser crescente na colônia.

A escala social na colônia é constituída, no topo, por uma pequena camada de senhores e, na base, por uma maioria de escravos. Contudo, entre essas duas camadas, há uma crescente parcela de indivíduos de ocupação incerta ou sem ocupação, uma vez que a estrutura produtiva da colônia não comporta outras atividades fora do negócio da grande lavoura, onde há espaço somente para o senhor e o escravo. Surge, portanto, na colônia, uma massa de indivíduos livres que vivem às margens da ordem social.

Outra característica marcante da vida social da colônia é o patriarcalismo. O “clã patriarcal” foi a forma de organização predominante; com base na escravidão, reunia os indivíduos que faziam parte das atividades rurais. Caio Prado ressalta que o clã patriarcal surge do regime econômico da colônia e é o único centro efetivo de poder e riqueza. A população – escravos e homens livres – agrupa-se, portanto, ao redor do senhor e de sua família.

O domínio é vasto, o que nele se passa dificilmente ultrapassará seus limites. Fica por isso inteiramente na alçada do proprietário; esta até vai além, e se estende sobre a população vizinha que gira na órbita do domínio próximo. A autoridade pública é fraca, distante; não só não pode contrabalançar o poder de fato que encontra já estabelecido pela frente, mas precisa contar com ele se quer agir na maior parte do território de sua jurisdição, onde só com suas forças chega já muito apagada, se não nula. Quem realmente possui aí prestígio é o senhor rural, o grande proprietário (p. 287).

Nessa lógica do patriarcalismo, o escravo, apesar de açoitado pelo senhor, depende dele e conta com ele. O trato paternal e protetor do senhor para com os escravos,

e também para com indivíduos livres, estabelece laços afetivos, os quais, por sua vez, são o alicerce de intocáveis relações de dominação e dependência.

Com relação à administração da colônia, o autor evidencia que, no período analisado, não havia ainda a distinção de poderes do Estado. Imperava na colônia uma espécie de caos e desordem, visto que não havia leis uniformes e coerentes umas com as outras, além de muitas delas ficarem apenas no aspecto formal, sem nunca serem postas em prática. Na realidade, não havia preocupação em criar uma forma de administração coerente com o contexto da colônia, mas, sim, uma extensão ao país do sistema e da organização da administração portuguesa.

A organização administrativa da colônia era ineficiente e desorganizada; imperava o excesso de burocracia, onde se acumulava um funcionalismo numeroso e desnecessário. O acesso à justiça era algo raro, em razão do alto custo e da morosidade. Nesse contexto, a moralidade praticamente inexistia. “De alto a baixo da escala administrativa, com raras exceções, é a mais grosseira imoralidade e corrupção que domina desbragadamente” (p. 335). Todo esse cenário deve-se, em grande parte, ao sentido comercial que foi atribuído à colonização brasileira.

Finalmente, o autor registra que não havia um nexos moral, ou seja, um conjunto de forças aglutinadoras que pudesse definir um modo de vida brasileiro. A grande diversidade de raças, a vasta extensão territorial e a condição de subalternidade da grande maioria da população muito contribuíram para essa pobreza de vínculos sociais. Nessa lógica, o Estado criado a

partir da proclamação da independência não emanou da sociedade brasileira, mas, sim, foi um Estado imposto por interesses exteriores.

A partir dessa breve síntese da obra, na qual Caio Prado reconstrói o período colonial do Brasil, pode-se partir para a análise dos elementos da cultura política brasileira que foram construídos naquele período e que até hoje permanecem vivos.

A cultura política do Brasil contemporâneo e suas bases no Brasil-Colônia

Não há como não concordar com Caio Prado no argumento de que, na colônia, foram lançados os germes de uma cultura política com a qual nunca houve um rompimento efetivo e que, portanto, continua arraigada na sociedade brasileira.

A primeira observação que pode ser feita nessa perspectiva é a de que o sentido do Brasil ao qual Caio Prado se refere, na realidade, continua a ser o mesmo desde a etapa colonial, ou seja, o mesmo sentido comercial e voltado para os interesses econômicos das elites e do mercado externo é nitidamente observado na vida contemporânea do país. Isso porque nunca houve a adoção de uma nova “linha mestra”, que determinasse outra direção a ser seguida.⁴ Assim, sustenta-se uma cultura política marcada pela submissão, onde se naturalizaram no imaginário do brasileiro noções que legitimam a perpetuação da condição de colônia. Exemplo disso é a ampla aceitação social da noção de que o país não é capaz de, de maneira satisfatória, desenvolver-se tecnologicamente a ponto de tornar-se auto-

sustentável, sendo necessária e segura a manutenção de sua condição subalterna.

Conforme a análise de Caio Prado Júnior, outro elemento bastante presente no Brasil-Colônia foi a escravidão. O legado dessa prática, esteira da economia colonial, é nitidamente identificado na cultura política contemporânea. Nesse sentido, observa-se nos dias de hoje a existência de uma lógica de inferiorização dos indivíduos negros ou miscigenados, sendo a discriminação, como alerta Caio Prado, racial e, ao mesmo tempo, social, uma vez que há uma identificação da cor com a posição social. Somado a isso, há uma supervalorização do branco, que continua sendo o sujeito mais indicado para desenvolver a tarefa de administrar. Observa-se ainda, nesse sentido, uma certa passividade e aceitação por parte das grandes massas populacionais de práticas discriminatórias e racistas, o que evidencia a quase total inexistência de uma noção de cidadania.

No que diz respeito à falta de uma noção de cidadania – outro elemento marcante da cultura política brasileira –, Caio Prado aponta que, desde o período colonial, foram seladas por laços afetivos relações de dependência e dominação entre elites dominantes e população em geral. Nesse sentido, desde aquele período, a lógica patriarcal é o que dá a tonalidade para as relações sociais no país. Assim, nunca se pôde falar no Brasil de uma tradição de organizações populares representativas das grandes massas populacionais, que pudessem fazer frente ao poder das classes dominantes e incorporar nas políticas desenvolvidas no país medidas voltadas para a garantia dos direitos sociais das parcelas subalternas da população. Pelo contrário, o que tradicionalmente vem acontecendo é que essas classes atingem (quando atingem)

melhorias no seu padrão de vida por meio de favores e benesses concedidos pelas elites, os quais anulam qualquer possibilidade de organização, uma vez que acontecem de forma individualizada, tendo como critério a devoção do sujeito para com o representante da elite. Assim, constituiu-se uma população indiferente com relação à vida política do país e inexpressiva no que tange às possibilidades de influência nas questões de ordem coletiva. Essa característica da sociedade brasileira remete, aliás, ao apontamento feito por Caio Prado sobre a falta, no período colonial, de um “nexo moral”, ou seja, de uma unidade, uma força aglutinadora entre a população do país.

Essa falta de unidade revela-se, ainda, na observação de que nunca houve no país uma resistência popular expressiva com relação ao sentido impresso, desde o período colonial, ao desenvolvimento econômico do Brasil, o qual nunca deixou, portanto, de estar voltado para a busca da satisfação das necessidades das elites, com uma indisfarçável orientação externa. Aliás, essa orientação externa, fortemente destacada pelo autor, transformou-se numa dependência cada vez mais complexa, em que estão em jogo interesses pessoais ou de pequenos grupos, que, na direção do país, agem no sentido de manter as estruturas sempre no mesmo lugar, garantindo o atendimento dos interesses externos e disso se beneficiando privadamente.

Como resultado disso tudo, tem-se um grande abismo social entre uma minoria – as classes dominantes política e economicamente – e uma imensa maioria de brasileiros que vivem do trabalho ou, então, à margem da sociedade. Constitui-se, assim, uma sociedade autoritária, onde quem manda é

a elite e quem obedece é a grande massa brasileira, desorganizada e inexpressiva enquanto classe social. As relações de mando/obediência estão naturalizadas na vida política do país, o que é garantido pelas práticas patriarcalistas e personalistas amplamente arraigadas no modo de vida do brasileiro.

Outra característica resultante do tipo de desenvolvimento adotado no país é a inexistência de políticas efetivas de proteção e inclusão social, ou seja, nunca houve, a exemplo de outros países, políticas sociais voltadas para a inclusão da população no mercado de trabalho, muito menos políticas de combate às grandes disparidades sociais. Isso porque nunca houve também a preocupação em promover um desenvolvimento sustentável, mas, sim, imperou sempre a necessidade única de satisfazer às exigências das elites. O Estado, nessa lógica, sempre foi um Estado patrimonialista, ou seja, utilizado de forma privada como instrumento para suprir as necessidades de acumulação das classes dominantes. Como decorrência desse tipo de Estado, nunca houve espaço para a negociação, na cena pública, dos interesses das classes subalternas, o que permite inferir que, no Brasil, a esfera pública nunca existiu realmente.

Nessa discussão sobre o Estado brasileiro, Caio Prado demonstra que não existiu na sua constituição qualquer preocupação em criá-lo a partir da realidade encontrada na colônia, mas, sim, efetuou-se uma extensão da forma de administrar portuguesa, tendo em vista unicamente garantir a exploração para o enriquecimento das classes dominantes. Caio Prado ainda mostra que esse Estado, desde aquele período, caracterizava-se por uma grande burocratização e ineficiência, sendo fortemente marcado pela corrupção. Quanto às leis,

muitas delas sequer foram postas em prática, ficando apenas no seu aspecto formal. Essa realidade apresentada pelo autor, para além de ser encontrada apenas no período colonial, é visivelmente presente na vida política do Brasil de hoje. A utilização da máquina pública para interesses privados, a ineficiência, a morosidade e a burocratização excessivas, o não-cumprimento das leis e a corrupção como prática já naturalizada são, como se sabe, características fortemente arraigadas na cultura política predominante no Brasil contemporâneo.

A partir do breve paralelo que pôde ser feito, conclui-se que, apesar de ter-se passado um longo período desde aquele que é analisado por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*, muito dele ainda continua a existir na cultura política brasileira.

Na realidade, o país continua, hegemonicamente, sendo conduzido por interesses elitistas, sendo ainda o autoritarismo a sua marca principal. A população brasileira continua reproduzindo uma cultura de passividade, de não-organização social e de ampla utilização de práticas de cunho patriarcalista.⁵ Essa cultura política, como se pôde observar, foi gestada historicamente. Para sua continuidade, porém, muito contribui o fato de que nunca houve no país algum tipo de ruptura radical, que pudesse subverter a estrutura social e, então, que pudesse consolidar uma nova cultura política. Ocorreram, sim, períodos conflituosos, que geraram mudanças significativas para o país, mas uma mudança radical, que eliminasse velhos padrões de dominação e fizesse emergir ao poder novas classes, nunca ocorreu.

Segundo Nogueira, “somos protagonistas de revoluções sem revolução. Entre nós, a mudança radical, explosiva, concedeu es-

paço a uma progressiva modificação da composição de forças: prevaleceram sucessivas restaurações de equilíbrios preexistentes, com o 'velho' sendo incorporado e certas exigências do 'novo' sendo acolhidas. Modelou-se, assim, a mudança, que não conseguiu se radicalizar" (1998, p. 12).

Disso decorre que, se o que se pretende é abolir totalmente aquela cultura política tradicional e, em seu lugar construir uma nova cultura, na qual a cidadania seja incorporada e se efetive um tipo de desenvolvimento sustentável, voltado para a melhoria das condições de vida das parcelas até hoje esquecidas, é essencial promover uma ruptura radical com as bases da velha cultura política. Isso significa dizer que não há espaço para ações conciliadoras entre elites e classes subalternas, mas, sim, faz-se necessário subverter as estruturas de poder vigentes, nas quais as elites, de uma forma ou de outra, sempre ditam as regras. Entretanto, para que isso aconteça, é fundamental que as parcelas subalternizadas, até então praticamente inexpressivas, passem a ocupar os espaços sociais de decisão da vida política do país, passando a negociar seus interesses na cena pública. E, para promover esse maior protagonismo das parcelas menos favorecidas, a educação, seja formal, seja não formal, possui papel central, uma vez que é instrumento em potencial para a construção de valores e formação de consciências.

Referências

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associati-*

vismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Notas

¹ Termo utilizado por Roberto Schwarz em sua obra *Ao vencedor as batatas*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

² A noção de esfera pública, segundo Raichelis, "baseia-se na idéia de que sua constituição é parte integrante do processo de democratização, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso fundamentalmente pela inscrição dos interesses das maiorias nos processos de decisão política" (1998, p.25-26).

³ Classes subalternas é uma expressão gramsciana. Fazendo parte da complexidade da realidade, as classes subalternas abrangem os grupos sociais que se encontram em situação de dominação, exploração ou exclusão, decorrente tanto de processos econômicos quanto políticos e culturais. Nas classes subalternas encontram-se os grupos sociais que estão submetidos ao exercício do poder e direção por parte das classes hegemonicamente dominantes, os quais, portanto, são desprovidos de qualquer poder de mando ou decisão.

⁴ A não ser, em proporção tênue e confusa, no período conhecido como do desenvolvimentismo populista (1930-1964).

⁵ Entretanto, não se pode deixar de mencionar a existência de experiências que apontam para a emancipação e o desenvolvimento sustentável do país, porém são práticas bastante recentes e restritas, que não conseguem ainda fazer frente àquela tendência hegemônica.